

Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local

RELATÓRIO DA APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE

Projetos de Lei n.ºs 94/XIV (PEV) - Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho; 197/XIV/1.ª (BE) - Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais e 200/XIV/1.ª (PCP) - Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador, que baixaram, sem votação, por 90 dias, à 13.ª Comissão em 26 de junho de 2020.

- 1. Por deliberação da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local de 8 de julho de 2020, foi criado o Grupo de Trabalho Prestações por incapacidade, decorrentes de doença ou acidentes de trabalho para proceder à nova apreciação na generalidade das iniciativas supra identificadas, com a tarefa específica de realizar um conjunto de audições deliberadas no seu seio. O grupo de trabalho foi composto pelo Senhor Deputado coordenador Fernando Paulo Ferreira (PS) e pelas Senhoras Deputadas Alexandra Tavares de Moura (PS), Carla Barros (PSD), Joana Mortágua (BE), Diana Ferreira (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP).
- 2. O grupo de trabalho realizou dez reuniões: a <u>17</u> e <u>24</u> de setembro, a <u>1</u>, <u>14</u> e <u>22</u> de outubro, a <u>2</u>, <u>9</u> e <u>15</u> de dezembro de 2020, a <u>5</u> de janeiro e a <u>24</u> de fevereiro de 2021), a saber:

17-09-2020	14h00	Definição da metodologia	
24-09-2020	14h00	Definição da metodologia e identificação das entidades a ouvir	Registo <u>áudio</u> da reunião



Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local

01-10-2020	Após Plenário	Audição da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN)		Registo <u>vídeo</u> da audição
01-10-2020	Após Plenário	Audição da União Geral de Trabalhadores (UGT)		Registo <u>vídeo</u> da audição
14-10-2020	20h00	Audição do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos (STE)	Entrega de documentação	Registo <u>vídeo</u> da audição
22-10-2020	17h30	Audição do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL)		Registo <u>áudio</u> das audições
22-10-2020	18H30	Audição da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e da Federação Nacional da Educação (FNE)		Registo <u>áudio</u> das audições
02-12-2020	15h30	Audição conjunta da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) e da Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR)		Registo <u>áudio</u> das audições
09-12-2020	15h30	Audição com Diretor Geral da DGAEP, Dr. Vasco Hilário		Registo <u>áudio</u> da audição
15-12-2020	16h00	Audição do Senhor Diretor Central da Caixa Geral de Aposentações, Dr. Vasco Costa		Registo <u>áudio</u> da audição
05-01-2021	16h00	Audição da Senhora Provedora de Justiça		Registo <u>áudio</u> da audição
24-02-2021	10h00	Discussão e votação indiciária dos projetos de lei e das propostas de alteração apresentadas pelo GP do PS		Registo <u>áudio</u> da reunião



Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local

3. Em reunião da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local do dia 2 de março foram ratificadas as votações indiciárias, realizadas no dia 24 de fevereiro em sede de Grupo de Trabalho, das iniciativas legislativas supra identificadas e das propostas de alteração apresentadas pelo GP do PS. Submetidos à votação, foram todos os artigos dos três projetos de lei rejeitados, com votos contra do PS e do PSD e votos a favor do BE e do PCP. Submetidas à votação, foram todas as propostas de alteração apresentadas pelo GP do PS aprovadas, com votos a favor do PS e do BE, votos contra do PSD e a abstenção do PCP, com exceção da proposta para o n.º 2 do artigo 3.º (Produção de efeitos), que foi igualmente aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PSD e abstenções do BE e do PCP.

Palácio de S. Bento, 23 de março de 2021.

O Presidente da Comissão,

(Fernando Ruas)